

administrativos peculiares ao Estado absolutista. Entretanto, o Brasil possuía sua realidade específica. E, desta forma, um vasto elenco de leis especiais foi elaborado para regular os interesses da metrópole na Colônia. Dentre essas, destacam-se o grande número de *regimentos*, destinados a instruir os funcionários em suas respectivas áreas de atuação, bem como determinar as atribuições, as obrigações e a jurisdição dos diversos cargos e órgãos incumbidos de gerir a administração colonial; os *alvarás*, limitados à duração de um ano; os vários tipos de *cartas-régias*, *sesmarias*, *forais*, *patentes* e *provisões* — com diversas finalidades e determinações especiais para regular vários campos de administração; e os *decretos* e as *leis*. Dentre esses vários diplomas legais, os autores deram ênfase aos *regimentos*, por considerá-los os mais importantes atos definidores da condução jurídico-administrativa dos negócios coloniais, permitindo traçar a estrutura da hierarquia funcional e as distintas jurisdições.

Outro fator importante, que a nosso ver deve ser mencionado neste trabalho, diz respeito aos vários cortes cronológicos feitos no período enfocado. No livro foi seguida a periodização tradicional de nossa historiografia, apresentando cinco fases distintas que compreendem os anos de 1530 a 1808. Assim, os vários temas que a obra analisa são investigados dentro de uma periodização marcada pelas profundas alterações políticas que se verificaram em 300 anos de história brasileira, vinculadas a acontecimentos metropolitanos e a questões próprias da Colônia. Ou seja, as modificações administrativas que aqui se processavam refletem o quadro político da relação de poder entre Portugal e Brasil naquela época. Tais alterações — e o livro apresenta-as minuciosamente — manifestavam-se por intermédio dos vários diplomas legais, alternando o sistema de cargos e órgãos em que estava estruturado o aparelho administrativo colonial.

Fiscais e meirinhos — A administração no Brasil colonial é um trabalho que possibilita ao leitor verificar aspectos gerais e particulares da estrutura burocrática colonial até o ano de 1808, apresentando uma pesquisa pormenorizada e profunda sobre o

exercício do poder da coroa lusitana, no Brasil, mediante os vários instrumentos e canais aqui institucionalizados, desde 1530.

Sérgio Amad Costa

Professor no Departamento de Ciências Sociais da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) e das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), em São Paulo. Autor de livros e vários trabalhos na área de sociologia e política.

Rago, Luzia Margareth & Moreira, Eduardo F.P. *O que é taylorismo*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. 105 p. (Coleção Primeiros Passos, 112).

Os estudiosos de ciências humanas em geral (e, mais especificamente, os de administração e sociologia do trabalho) acabam de ser presenteados com este estudo de Luzia Rago e Eduardo Moreira acerca da introdução das técnicas tayloristas de trabalho, concentradas inicialmente na esfera da produção industrial. Aos poucos, o taylorismo foi ganhando terreno e se estendendo a todas as atividades da vida social. "Método de racionalizar a produção, logo, se possibilitar o aumento da produtividade do trabalho 'economizando tempo', suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo, o sistema Taylor aperfeiçoou a divisão social do trabalho introduzida pelo sistema de fábrica, assegurando definitivamente o controle do tempo do trabalhador pela classe dominante" (p.10). Além disso, em múltiplos campos da sociedade, como por exemplo nos esportes, no lazer e nos trabalhos domésticos, "(...) procura-se obter o máximo rendimento do tempo não raro obedecendo-se às regras e instruções ditadas por bulas e guias 'científicos' de racionalização do agir, do sentir e do pensar (...). A importância do taylorismo (...) advém fundamentalmente do fato de concretizar de forma exemplar a noção de 'tempo útil' que a sociedade do trabalho introjetou no coração de cada um de nós: há muito tempo guardamos um relógio moral que nos pressiona contra o ócio..." (p.11).

Após uma introdução muito bem escrita (iniciando-se com "Oração ao tempo", de Caetano Veloso), Luzia e Eduardo expõem, ao longo de sete capítulos e das "Indicações para leitura", os princípios fundamentais do taylorismo, a resistência operária à introdução desse processo de racionalização nos EUA e na França, bem como o relativo sucesso obtido na Itália fascista e na Alemanha nazista. Completa o livro um capítulo intitulado O herói do trabalho na URSS,

onde se procura mostrar que "a grande penetração da ideologia da produtividade nas primeiras décadas do século XX, espalhando-se pelo continente europeu, acabou por contaminar também os líderes revolucionários soviéticos" (p. 84).

Nos anos mais recentes, as questões da organização e da divisão do trabalho têm sido objeto de preocupação de inúmeros pesquisadores e, em especial, dos franceses. Basta observar que em maio de 1983 realizou-se em Paris o Colóquio Internacional sobre o Taylorismo, tendo sido publicado um espesso volume com as principais teses e comunicações apresentadas; em 1978, a revista *Recherches* (n. 33/34, set.) divulgou excelentes artigos sobre a introdução do taylorismo na França, EUA, Alemanha, Itália e URSS; nesse mesmo ano, *Le Mouvement Social* e *Les Temps Modernes* também dedicaram trabalhos a esse respeito; além disso, alguns livros importantes, entre os quais se destacam o de Robert Linhart (*Lênin, os camponeses, Taylor* Marco Zero, 1983), o de Benjamin Coriat (*L'atelier et le chronomètre*. Bourgeois, 1979) e o de B.L. Doray (*Le taylorisme, une folie rationnelle?* Dunod, 1981), contribuíram com novas idéias para a discussão.

No Brasil encontramos poucos textos que abordam o tema de ma-

neira crítica, a saber: a coletânea organizada por Afonso Fleury e Nilton Vargas (*Organização do trabalho*. Atlas, 1983), reunindo estudos de caso recolhidos junto a indústrias metálicas e mecânicas, do vestuário e têxtil, junto à construção habitacional, ao trabalho em processamento de dados e a instituições bancárias, e a comunicação inédita do próprio Nilton Vargas (*Gênese e difusão do taylorismo no Brasil: uma articulação entre conhecimento operário e desenvolvimento tecnológico na industrialização brasileira*), apresentada no Colóquio de Paris.

O livro de Luzia e Eduardo manipula a maior parte da bibliografia citada nos parágrafos anteriores, procurando, numa linguagem sintética e ágil, dar conta dessa temática que é, no mínimo, polêmica. Entretanto, aqui e ali, ao longo do trabalho, algumas dúvidas provavelmente assaltarão o leitor. Refiro-me, em especial, aos capítulos taylorismo e resistência operária e O herói do trabalho na URSS. No primeiro, a classe operária daquele país é apresentada como sendo homogênea, ignorando-se as inúmeras facções em luta, bem como o caráter extremamente elitista e reacionário de boa parte dos operários qualificados. No segundo, há passagens que ficariam mais claras se, a

exemplo do que faz R. Linhart na primeira parte de seu *Lênin, os camponeses, Taylor*, Luzia e Eduardo explorassem a ação dos movimentos camponeses no contexto da revolução russa de 1917. Porém, é necessário reconhecer, questões dessa natureza surgem, principalmente, em razão do número reduzido de páginas que os autores têm para escrever sobre o assunto, impedindo o aprofundamento de determinados pontos básicos.

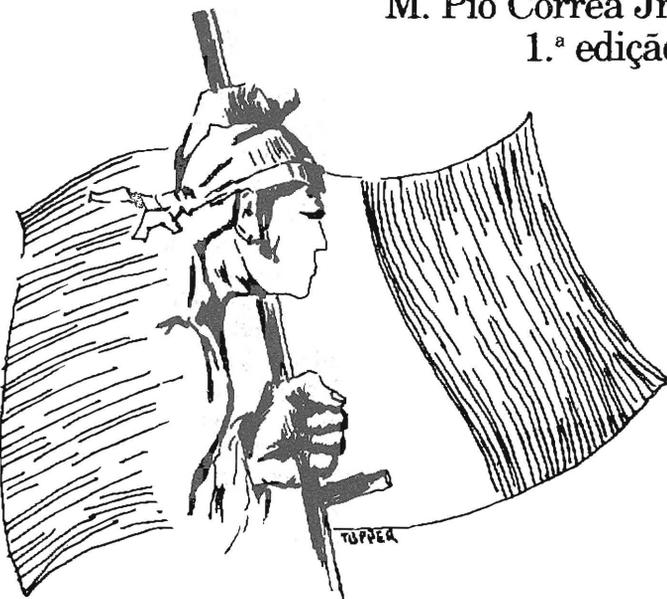
Evitando a glorificação desse modo de organização do trabalho, *O que é taylorismo* constitui-se num dos pontos altos da coleção Primeiros Passos. Devido a sua excelente aceitação (a 2ª edição saiu em menos de um ano), é de se supor que o livro está sendo adotado nas universidades, principalmente nas disciplinas de administração e de sociologia do trabalho — o que, convenhamos, vem a ser um poderoso antidoto contra as dezenas de manuais de engenharia da produção e de teoria geral de administração que infestam os cursos de graduação.

Afrânio Mendes Catani

Professor no Departamento de Administração da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (Unicamp).

Primórdios da Revolução Francesa

M. Pio Corrêa Jr.
1.ª edição



Ensaio sobre a Revolução Francesa que retrata, com pinceladas vigorosas, os episódios que a desencadearam e se refletiram além-fronteiras. Escrito há cerca de 40 anos, quando estavam ameaçados o direito e a liberdade dos povos, nele o Autor tece uma narrativa envolvente desse importante marco histórico e alcança o objetivo que se propôs: "(...) expor aos jovens as origens das instituições sob cuja égide iniciaram sua vida civil, e sobretudo provando-lhes que a Revolução Francesa não é um simples e árido capítulo de manual de história, (...) e sim algo de vivo e de atual, um capítulo não - encerrado ainda da história da humanidade."

Pedidos à Fundação Getúlio Vargas/Editora